



Conflitos e Resistências para a Conquista e  
Demarcação de Terras Indígenas no Oeste  
do Paraná: Os Caminhos e as Expressões  
do Fortalecimento das Lideranças  
e da Cultura Guarani

Wagner Roberto do Amaral  
Elisa Yoshie Ichikawa  
(Organizadores)



Conflitos e Resistências para a Conquista e  
Demarcação de Terras Indígenas no Oeste  
do Paraná: Os Caminhos e as Expressões  
do Fortalecimento das Lideranças  
e da Cultura Guarani

Wagner Roberto do Amaral  
Elisa Yoshie Ichikawa  
(Organizadores)

2019 by Atena Editora  
Copyright © Atena Editora  
Copyright do Texto © 2019 Os Autores  
Copyright da Edição © 2019 Atena Editora  
Editora Chefe: Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Antonella Carvalho de Oliveira  
Diagramação: Geraldo Alves  
Edição de Arte: Lorena Prestes  
Revisão: Os Autores



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição Creative Commons. Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

### **Conselho Editorial**

#### **Ciências Humanas e Sociais Aplicadas**

Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins  
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas  
Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso  
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais  
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília  
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Cristina Gaio – Universidade de Lisboa  
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia  
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá  
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima  
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões  
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionale delle Figlie di Maria Ausiliatrice  
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Universidade Federal do Maranhão  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Sandra Regina Gardacho Pietrobom – Universidade Estadual do Centro-Oeste  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia  
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador  
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande  
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

#### **Ciências Agrárias e Multidisciplinar**

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano  
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia  
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa  
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia  
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão  
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará  
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

### Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás  
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri  
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina  
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria  
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará  
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande  
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

### Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto  
Prof. Dr. Alexandre Leite dos Santos Silva – Universidade Federal do Piauí  
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná  
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará  
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande  
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba  
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

<b>Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)</b>	
C748	Conflitos e resistências para a conquista e demarcação de terras indígenas no oeste do Paraná [recurso eletrônico] : os caminhos e as expressões do fortalecimento das lideranças e da cultura Guarani / Organizadores Wagner Roberto do Amaral, Elisa Yoshie Ichikawa. – Ponta Grossa, PR: Atena Editora, 2019.  Formato: PDF Requisitos de sistemas: Adobe Acrobat Reader Modo de acesso: World Wide Web Inclui bibliografia ISBN 978-85-7247-822-9 DOI 10.22533/at.ed.229192711  1. Demarcação de terras – Paraná. 2. Índios da América do Sul – Posse da terra – Paraná. 3. Reservas indígenas. I. Amaral, Wagner Roberto do. II. Ichikawa, Elisa Yoshie.  CDD 980.4114
<b>Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422</b>	

Atena Editora  
Ponta Grossa – Paraná - Brasil  
[www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br)  
contato@atenaeditora.com.br

Atena  
Editora

Ano 2019

A capa deste livro homenageia o Sr. Claudio Barros e a Sra. Vitória Nunes, importantes lideranças Avá-Guarani pertencentes ao Tekohá Porã, município de Guaíra/PR. O Sr. Claudio faleceu no dia 07 de janeiro de 2019, com 105 anos, sendo uma referência histórica de luta, inspiração e resistência para o povo Avá-Guarani e para todos nós. Claudio Barros, presente!

## **AGRADECIMENTO**

Livro produzido com o apoio financeiro da CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, por meio do Edital 012/2015 – Memórias Brasileiras: Conflitos Sociais.

Agradecemos a todas as comunidades Avá-Guarani da região Oeste do Paraná que acolheram a nossa equipe de pesquisa e se dispuseram a compartilhar seus conhecimentos e a compor conosco esta obra. O nosso respeito, admiração e compromisso para com a luta pela conquista do território Guarani na perspectiva de uma terra sem males.

## INTRODUÇÃO

Esse nosso livro é resultado de pesquisas realizadas junto aos *tekoha* Avá-Guarani na região Oeste do Paraná, produzido com o apoio financeiro da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), por meio do Edital 012/2015 – Memórias Brasileiras: Conflitos Sociais. Tal edital apresentava como objetivo “promover e fomentar a realização de pesquisas científicas que resultem em livros que deverão focar processos e episódios (revoltas, insurreições, rebeliões populares, lutas armadas, manifestações populares, entre outros) que, ao longo da história brasileira do período republicano, tenham sido expressão da conflitividade social e significativos para o entendimento da construção do Estado e da sociedade brasileira, com valorização de episódios pouco estudados da história brasileira”.

Esse edital possibilitou a aproximação e a articulação de docentes pesquisadores de três universidades estaduais do Paraná - sendo a Universidade Estadual de Maringá, a Universidade Estadual de Londrina e a Universidade Estadual do Centro-Oeste do Paraná - e da Universidade de São Paulo – Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz” USP/ESALQ. Todos esses docentes já possuíam um vínculo com pesquisas associadas a temáticas sociais nas suas diferentes áreas, seja na Administração ou no Serviço Social. Provocados pelo conteúdo progressista do edital e orientados por suas diferentes trajetórias de pesquisas, nossa equipe de pesquisadores passou a elaborar uma proposta a ser submetida. A forte inspiração da equipe nesse momento de proposição foi a profunda resistência do povo Avá-Guarani que habita a região Oeste do Paraná, já conhecida e acompanhada por parte dos pesquisadores.

No Paraná habitam três povos indígenas distintos, sendo o povo Kaingang, o povo Guarani e o povo Xetá, existindo ainda a presença de famílias Xokleng/Laklano nesse território. Cada um desses grupos étnicos e de suas comunidades possuem distintas cosmologias, distintas relações e formas de utilização das línguas indígenas e da língua portuguesa, assim como diferentes formas de organização econômica e política interna, e histórias semelhantes e dessemelhantes na relação com o Estado e com os demais movimentos sociais. No cenário paranaense – considerando que a presença indígena nesse território antecede a constituição administrativa e política do que chamamos de “Paraná” – encontramos históricas expressões de massacres, violências, expropriação dos territórios tradicionais pelo Estado e pelos empreendimentos colonizadores e capitalistas. Outrossim, também é nesse território que encontraremos profundas expressões de lutas e de resistências, seja pelo reconhecimento e demarcação dos territórios indígenas, seja pelos direitos à educação escolar indígena, à saúde indígena, dentre outros.

Foi a partir desse cenário que escolhemos como *locus*, fonte e inspiração

da pesquisa as memórias de lutas e resistências do povo Avá-Guarani que habita historicamente a região Oeste do Paraná. A partir das referências que a equipe de pesquisa já dispunha sobre a realidade desta população naquela região, empreendemos a elaboração da proposta que foi submetida e aprovada junto à Capes. A proposta submetida no mês de outubro de 2015 foi aprovada apenas no mês de novembro de 2016. Foi intitulada como “Conflitos e resistências para a conquista e demarcação de terras indígenas no Oeste do Paraná: os caminhos e as expressões do fortalecimento das lideranças e da cultura Guarani”. Seu alongado título reflete justamente os desafios que se apresentam às comunidades Avá-Guarani daquela região na retomada dos seus territórios tradicionais, bem como em serem humanamente reconhecidos como sujeitos de direitos e como protagonistas e referências vivas de um patrimônio histórico, cultural e linguístico fundamental para as gerações. A escolha de categorias como: “conflitos”, “resistências”, “demarcação”, “lideranças” e “cultura Guarani” refletem ainda a perspectiva política e acadêmica da equipe.

O projeto apresentou como seu principal objetivo investigar as históricas situações de conflito e as expressões de resistência política, cultural, linguística e territorial do povo Guarani na história do território paranaense, fundamentalmente, na região da fronteira Oeste deste estado, evidenciando a emergência e os percursos das lideranças desse grupo étnico diante das violências praticadas pelo Estado brasileiro e por agentes privados que vivem na região. Constituímos ainda dois eixos temáticos orientadores para as pesquisas sendo: a formação e atuação de lideranças Avá-Guarani e suas organizações, e o papel da educação escolar e da escola Avá-Guarani nos processos de memória e de resistência.

Dentre os recursos financeiros disponibilizados, havia a previsão de seleção e bolsa pesquisa para dois mestrados, dois pós-doutorandos e quatro estudantes de graduação em iniciação científica. Enquanto princípio da equipe em contribuir com o protagonismo e a formação de pesquisadores indígenas, dos dois mestrados uma é pertencente ao povo Kaingang e dos quatro graduandos de iniciação científica três pertencem ao povo Guarani sendo um deles Avá-Guarani e pertencente ao *Tekoha Porã*, um dos territórios de retomada no município de Guaíra. Buscamos por vários estados brasileiros possíveis candidatos à bolsa de pós-doutorado, mas não conseguimos identificar doutores indígenas disponíveis para esta tarefa<sup>1</sup>.

<sup>1</sup> Importante destacar que o ingresso e a permanência de indígena na educação superior no Brasil e na América Latina enquanto uma política pública educacional é recente, sendo que a primeira política de ingresso de indígenas realizada no país ocorreu pelas Universidades Estaduais do Paraná no ano de 2002 por meio da Lei Estadual n. 13.134/2001. Para maiores informações ver: AMARAL, Wagner R. (2010). As trajetórias dos estudantes indígenas nas Universidades Estaduais do Paraná: sujeitos e pertencimentos. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Paraná. Curitiba. Acessado em 25/09/2019, em: [http://www.ppge.ufpr.br/teses%20d2010/d2010\\_Wagner%20Roberto%20do%20Amaral.pdf](http://www.ppge.ufpr.br/teses%20d2010/d2010_Wagner%20Roberto%20do%20Amaral.pdf) e AMARAL, W. R.; FRAGA, L.; RODRIGUES, I. C.; (org). Universidade para indígenas: a experiência do Paraná. Rio de Janeiro: FLACSO, GEA; UERJ, LPP. Acessado em 25/09/2019, em: <http://>

Como não tivemos tempo suficiente para apresentar e discutir o projeto com as lideranças Avá-Guarani da região Oeste do Paraná (tendo em vista os reduzidos prazos para sua elaboração e submissão), tomamos como centralidade e princípio a tarefa de submetê-lo para apreciação das referências mais importantes nos *tekohas* daquela região. Portanto, no dia 20 de julho de 2017, a equipe reuniu caciques e lideranças Avá-Guarani de toda a costa oeste do Paraná na cidade de Guaíra com a intenção de apresentar e obter um parecer das lideranças acerca da proposta. Nesta ocasião, nossa equipe já estava ampliada com a presença de bolsistas de mestrado, de pós-doutorado e de iniciação científica. Fundamental nesta ocasião foi a atuação de Rodrigo Luís, estudante Avá-Guarani de Medicina na UEL, bolsista de iniciação científica no projeto e pertencente ao *Tekoha Porã*, um dos territórios de retomada no município de Guaíra. Sua atuação como mediador e tradutor da língua Guarani contribuiu imensamente para a legitimação das ações do projeto.

A reunião da equipe do projeto com as lideranças Avá-Guarani produziu um pacto de compromisso entre os pesquisadores e os/as representantes das comunidades indígenas do Oeste do Paraná. Neste pacto, os pesquisadores apresentaram a intenção de produzir um livro didático voltado às escolas Avá-Guarani sendo esta intencionalidade debatida e revisitada a partir do pedido das lideranças indígenas de que tal livro fosse voltado não às crianças Avá-Guarani, mas às crianças e jovens não indígenas das escolas não indígenas da região, entendendo a necessidade de combater os preconceitos que sofrem cotidianamente pela população. Entendiam como fundamental a elaboração de materiais didáticos que difundam a memória de existência e resistência do povo Avá-Guarani na região.

Na ocasião deste encontro, fomos convidados a visitar os *tekoha* da região, sendo um localizado no município de Guaíra e outro no município de Terra Roxa. Foram momentos fundamentais de conexão à realidade vivenciada nos territórios indígenas na região, sendo amorosamente acolhidos e abençoados pelos *xamõi* e moradores destas comunidades de retomada. Seja iluminados pela lua e as estrelas ou no sol forte do solo arenoso dos *tekohas*, nos sentimos profundamente inspirados com tanta força e tanta luta!

Após este encontro, buscamos encaminhar os trâmites formais para iniciarmos a pesquisa sendo necessário a submissão e apreciação da proposta junto ao Comitê de Ética de Pesquisas de Seres Humanos e a autorização da Fundação Nacional do Índio. Em paralelo, realizamos seminários de formação conceitual da equipe para compreendermos melhor a realidade sociocultural, econômica e política da população Avá-Guarani na região Oeste do Paraná. No primeiro seminário realizado no mês de maio de 2017 (antes de partirmos para o encontro com as lideranças Avá-Guarani em Guaíra), contamos com a presença e participação da pesquisadora

Maria Lucia Brant de Carvalho, que socializou conosco aspectos da realidade da população Avá-Guarani na região, fundamentalmente a partir dos impactos da Usina Hidrelétrica de Itaipu. Os demais seminários realizados foram mediados por artigos e resultados de pesquisas que tematizavam a realidade Avá-Guarani, já resultados das revisões bibliográficas realizadas pelos bolsistas, assim como para organização das atividades da equipe.

Com a autorização do Comitê de Ética e da FUNAI, iniciamos as atividades de pesquisa. Programamos e realizamos três missões de pesquisa sendo a primeira realizada no período de 02 a 04 de agosto de 2018 no município de São Miguel do Iguçu/Paraná; a segunda, realizada no período de 06 a 08 de setembro de 2018 no município de Diamante do Oeste; e a terceira realizada no período de 22 a 24 de novembro de 2018 em Guaíra.

Em todas as missões realizadas nos impressionava a amorosa acolhida das lideranças, *xamõi*, *chary'i* e de todas as comunidades visitadas. A partir da primeira missão realizada, fomos convidados a nos apresentar na Casa de Reza, espaço sagrado para os Avá-Guarani. A partir daquela experiência de acolhimento e de mergulho dialógico com a cosmologia Guarani, revisitamos toda a programação passando a ressignificar a organização do tempo e a nos sintonizarmos ainda mais com as dinâmicas das comunidades.

Em cada missão, nos organizamos para realizar momentos simultâneos de encontro da equipe de pesquisa para socialização das pesquisas realizadas, bem como de diálogos com professores, lideranças e pesquisadores Avá-Guarani. Em todas as missões contamos com o apoio das equipes das escolas estaduais indígenas<sup>2</sup>, sendo que as oficinas foram realizadas utilizando a estrutura desses espaços, assim como as refeições em todos os dias, compartilhada com todos os participantes indígenas e não indígenas das oficinas, aspecto que possibilitou maior aproximação com as comunidades.

Sem dúvida alguma, os momentos mais fortes para toda a equipe de pesquisa foram os vivenciados e sentidos no interior das *Opy*, das Casas de Reza, encontrando nelas – nos rituais, cantorias, nos conselhos, nas bênçãos, na amorosidade, na generosidade e no cuidado por eles compartilhado – o sentido da existência e resistência Avá-guarani.

Entre os andarilhos pelos diferentes *tekohas* do Oeste do Paraná, a pesquisa realizada contou com diversos sujeitos Ava-Guarani entrevistados, por meio da participação de jovens, adultos e velhos, homens e mulheres, *xamõi*, *chary'i*,

---

2 Ressaltamos que os membros da coordenação do projeto esteve em reunião com a equipe da Coordenação da Educação Escolar Indígena/Diretoria da Diversidade da Secretaria de Estado da Educação do Paraná com a finalidade de apresentar o projeto de pesquisa, contando nesta ocasião com o apoio e aprovação desta instituição e o respaldo para que as escolas estaduais indígenas da região oeste do Paraná acolhessem as atividades propostas.

lideranças, professores e estudantes indígenas convidados a somar conosco nesta empreitada de investigação. Contou ainda com a participação de sujeitos não indígenas como diretores das escolas estaduais indígenas e professores e pedagogos das escolas estaduais não indígenas.

As entrevistas e a literatura acessada por meio da revisão bibliográfica evidenciaram ainda diferentes formas de apresentar as categorias e expressões em Guarani, não tendo a pesquisa e esse livro nenhuma intenção de padronizá-las, pelo contrário, evidenciamos o nosso respeito às diferenças linguísticas existentes entre as parcialidades do povo Guarani compreendendo a riqueza cultural nelas presentes.

A partir desse percurso de diálogos, de interculturalidades e de profundas aprendizagens pelos pesquisadores *karaí* ou *jurua* (os não indígenas, para os Avá-Guarani), encontramos a inspiração para a organização deste livro. Mais do que o resultado da sistematização de conhecimentos científicos e acadêmicos produzidos pela equipe de pesquisa com pesquisadores convidados, esta obra se apresenta como mais um instrumento de luta para o povo Avá-Guarani da região Oeste do Paraná, assim como para toda a nação Guarani espalhada pelos diferentes estados brasileiros e os cinco países do cone-sul.

Este livro apresenta quinze capítulos que versam especificamente sobre diferentes aspectos da realidade e da memória Avá-Guarani que habita a região Oeste do Paraná. Por ser Guarani, essa população mantém seu *ñandereko* (modo de viver Guarani) através dos seus andarilhos pelo seu território ancestral, existente anteriormente aos tratados, disputas e invasões territoriais feitas pela colonização europeia ou pelos acordos político-administrativos entre os estados brasileiros e nos cinco países do Cone Sul da América. Este livro parte então do pressuposto da existência ancestral de um território Guarani de dimensões continentais contemporaneamente espalhado em 1.400 *tekohas*, explicitado pelo capítulo "*Territorialidades e resistências históricas: panorama continental e atualidades do povo Guarani*", de autoria de Clovis Brighenti. Inicia-se, desta forma, a explicitação de uma das posições mais importantes desta obra: o povo Avá-Guarani que habita a região Oeste do Paraná, pertencente ao povo Guarani, já habitava esse território há cerca de dois mil anos atrás, bem antes da ocupação e fundação das cidades de Guaíra, Terra Roxa, Diamante do Oeste, Santa Helena, São Miguel do Iguçu, dentre outras. Deste modo, são populações originárias e com direitos fundamentais de ocupar seus territórios tradicionais e ancestrais.

É na fronteira entre o Brasil, o Paraguai e a Argentina que o povo Guarani também vivenciará sagas históricas marcadas por massacres e por resistências. Uma das sagas mais contemporâneas constituída em nome do desenvolvimento nacional foi a construção da Usina Hidrelétrica de Itaipu, que alagou muitos territórios

tradicionais Guarani. É nessa perspectiva que Maria Lucia Brant de Carvalho nos apresenta o capítulo *“Os Guarani da Tríplice Fronteira, Brasil, Paraguai e Argentina: os direitos às terras, à mobilidade espacial por entre as fronteiras e à cidadania”*.

No terceiro capítulo denominado *“Tekoha Jevy: um breve panorama das retomadas Guarani no Oeste do Paraná”*, sendo um dos territórios tradicionais de resistência na região, Paulo Porto refletirá acerca do que denomina como diáspora Guarani provocada historicamente pelas forças colonizadoras e mais contemporaneamente pelo Parque Nacional de Iguaçu e da Itaipu Binacional, sinalizando, contudo, os processos de retomada dos territórios tradicionais (*Tekohas*) e em busca do *Tekoa Guasu*.

A partir do quarto capítulo *“Territorialidade e demarcação de terras: a dimensão simbólica do espaço para produção de alimentos na cultura Avá-Guarani”* de autoria de Luciano Mendes e Carolina Ferraz dos Santos, iniciamos as reflexões desenvolvidas a partir do trabalho de pesquisa de nossa equipe junto aos *tekohas* da região Oeste do Paraná. Tal capítulo pauta e dialoga com as práticas de produção de alimentos a partir da dimensão simbólica Avá-Guarani, tendo em vista que os autores estão vinculados a uma tradicional instituição de educação superior da área de ciências agrárias, sociais e ambientais no Brasil, problematizando e refletindo a temática indígena.

O quinto capítulo do livro reflete acerca das *“Estratégias psicossociais de resistência das lideranças Avá-guarani sob a perspectiva da Psicologia Social Latino-americana (PCSLA)”*, tendo como autoras Juliane Sachser Angnes, Maria de Fátima Quintal de Freitas e Rozeli Aparecida Menon. Essa reflexão se orienta em um dos eixos da pesquisa que centra a importância da formação e do papel da liderança Avá-Guarani nos processos de memória e de resistência política e cultural.

Gilza Ferreira de Souza Felipe Pereira e Wagner Roberto do Amaral apresentam o sexto capítulo desta obra, *“Relatando uma experiência de pesquisa e de luta no movimento social indígena, vivenciada por uma estudante indígena na pós-graduação”*. O texto apresenta a narrativa dialógica de uma pesquisadora Kaingang bolsista do projeto (junto com seu orientador de mestrado) que inicia seu percurso como investigadora buscando analisar o papel das mulheres Avá-Guarani enquanto lideranças de seu povo. Texto de significativa alteridade entre mulheres lideranças.

Na lógica da formação de lideranças Avá-guarani, Cynthia Franceska Cardoso, Wagner Roberto do Amaral e Elisa Yoshie Ichikawa apresentam o capítulo *“Os mais velhos e a juventude Avá-Guarani: a memória como estratégia de resistência”*, identificando e analisando os encontros produzidos entre os grupos de jovens Avá-guarani e os *xamõis* dos *tekohas* da região oeste do Paraná. Problematizam o conceito de juventude e de juventude indígena, bem como a situa nos contextos de opressão vivenciados pelos jovens indígenas na região estudada.

O oitavo capítulo versará sobre *“Os conflitos para a reconquista e demarcação de territórios Avá-Guarani no Oeste do Paraná: a produção de representações sociais pela mídia”*, tendo como autores Samuel Osório Ribeiro da Silva e Elisa Yoshie Ichikawa. Refletem o conceito de representação social associada às estratégias de comunicação, analisando os conteúdos de matérias jornalísticas sobre os Avá-Guarani da região oeste do Paraná, fundamentalmente sobre a questão fundiária e o posicionamento dos veículos de mídia.

Dialogando com a área dos estudos organizacionais e com a psicologia da libertação de Martin Baró, Luis Fernando Moreira da Silva, Marcio Pascoal Cassandre e Wagner Roberto do Amaral focam o nono capítulo refletindo sobre *“As casas de reza como comunidades de prática em territórios Avá-Guarani do Oeste do Paraná”*. Sinalizam que as casas de reza das comunidades Avá-Guarani têm se configurado como uma poderosa ferramenta de articulação interna pelas lutas que essas população enfrentam atualmente.

O décimo capítulo desta obra versa sobre *“O ensino da história e da cultura Avá-Guarani pelas escolas estaduais não indígenas no município de Guaíra-PR”*. Os autores Eloá Soares Dutra Kastelic e Wagner Roberto do Amaral refletem sobre a importância da Lei n. 11.645/2008 que obriga o ensino da história e cultura afro-brasileira e indígena em todos os estabelecimentos de ensino do país e analisam mais diretamente as concepções e práticas de duas escolas estaduais não indígenas que possuem estudantes Avá-Guarani nelas matriculados.

O décimo primeiro capítulo *“Um Avá-Guarani com uma câmera na mão”* de autoria de Mônica Panis Kaseker, Lucas Ribeiro e Yago Junio dos Santos Queiroz apresenta a narrativa da experiência de produção do vídeo documentário junto às lideranças Avá-Guarani nos diferentes *tekohas* onde se realizou a pesquisa. O trabalho de gravação e de autoria do texto foi vivenciado em conjunto com um estudante indígena do curso de jornalismo, evidenciando inúmeras potencialidades do uso do audiovisual para e pelas comunidades indígenas, articulando sentidos de identidade e fortalecendo a interculturalidade.

Os quatro capítulos finais deste livro apresentam as narrativas dos quatro estudantes Guarani bolsistas de iniciação científica do projeto. Oséias Poty Miri Florentino apresenta *“Um relato de um indígena Guaraní Mbya: conhecendo um fragmento da realidade e do contexto de luta dos Ava-Guaraní da região Oeste do Paraná”*; Rodrigo Luís, apresenta a *“História e trajetória de um acadêmico Avá-Guarani pesquisador em busca da visibilidade para seu povo, na luta pela demarcação e a universidade como ferramenta de luta”*; Alexandro da Silva apresenta *“As experiências de formação de pesquisadores Guarani – ser acadêmico Guarani-Ñandéva e Guarani-Mbyá conhecendo o universo Avá-Guarani da região Oeste do Paraná”*; e Uerique Aparecido Gabriel Matias apresenta *“Um relato de experiência: memórias*

*e resistência dos Avá-Guarani do Oeste do Paraná como pesquisador Guarani Ñandéva*". Quatro sujeitos Guarani pertencentes a três diferentes parcialidades - Guarani Mbya, Guarani-Ñandéva e Avá-Guarani – experimentando serem Guarani e, simultaneamente, serem pesquisadores do seu povo, articulados em torno da memória e das lutas das comunidades Avá-Guarani do Oeste do Paraná.

Por fim, este livro pretende se constituir em mais uma das demais referências já produzidas e as que ainda virão para fortalecer a memória de existência, re-existência e de resistência do povo Guarani! Desejamos que a leitura destes textos inspire ainda mais o nosso compromisso para com os povos indígenas do Brasil e da América Latina.

Novembro de 2019.

Wagner Roberto do Amaral  
Elisa Yoshie Ichikawa

## SUMÁRIO

<b>CAPÍTULO 1</b> .....	<b>1</b>
TERRITORIALIDADES E RESISTÊNCIAS HISTÓRICAS: PANORAMA CONTINENTAL E ATUALIDADES DO POVO GUARANI	
Clovis Brighenti	
<b>DOI 10.22533/at.ed.2291927111</b>	
<b>CAPÍTULO 2</b> .....	<b>14</b>
OS GUARANI DA TRÍPLICE FRONTEIRA, BRASIL, PARAGUAI E ARGENTINA: OS DIREITOS ÀS TERRAS, À MOBILIDADE ESPACIAL POR ENTRE AS FRONTEIRAS E À CIDADANIA	
Maria Lucia Brant de Carvalho	
<b>DOI 10.22533/at.ed.2291927112</b>	
<b>CAPÍTULO 3</b> .....	<b>40</b>
TEKOKHA JEVY: UM BREVE PANORAMA DAS RETOMADAS GUARANI NO OESTE DO PARANÁ	
Paulo Porto	
<b>DOI 10.22533/at.ed.2291927113</b>	
<b>CAPÍTULO 4</b> .....	<b>56</b>
TERRITORIALIDADE E DEMARCAÇÃO DE TERRAS: A DIMENSÃO SIMBÓLICA DO ESPAÇO PARA PRODUÇÃO DE ALIMENTOS NA CULTURA AVÁ-GUARANI	
Luciano Mendes Carolina Ferraz dos Santos	
<b>DOI 10.22533/at.ed.2291927114</b>	
<b>CAPÍTULO 5</b> .....	<b>70</b>
ESTRATÉGIAS PSICOSSOCIAIS DE RESISTÊNCIA DAS LIDERANÇAS AVÁ-GUARANI SOB A PERSPECTIVA DA PSICOLOGIA SOCIAL LATINO-AMERICANA (PCSLA)	
Juliane Sachser Angnes Maria de Fátima Quintal de Freitas Rozeli Aparecida Menon	
<b>DOI 10.22533/at.ed.2291927115</b>	
<b>CAPÍTULO 6</b> .....	<b>84</b>
RELATANDO UMA EXPERIÊNCIA DE PESQUISA E DE LUTA NO MOVIMENTO SOCIAL INDÍGENA, VIVENCIADA POR UMA ESTUDANTE INDÍGENA NA PÓS-GRADUAÇÃO	
Gilza Ferreira de Souza Felipe Pereira Wagner Roberto do Amaral	
<b>DOI 10.22533/at.ed.2291927116</b>	
<b>CAPÍTULO 7</b> .....	<b>103</b>
OS MAIS VELHOS E A JUVENTUDE AVÁ-GUARANI: A MEMÓRIA COMO ESTRATÉGIA DE RESISTÊNCIA	
Cynthia Franceska Cardoso	

Wagner Roberto do Amaral

Elisa Yoshie Ichikawa

**DOI 10.22533/at.ed.2291927117**

**CAPÍTULO 8 ..... 117**

OS CONFLITOS PARA A RECONQUISTA E DEMARCAÇÃO DE TERRITÓRIOS AVÁ-GUARANI NO OESTE DO PARANÁ: A PRODUÇÃO DE REPRESENTAÇÕES SOCIAIS PELA MÍDIA

Samuel Osório Ribeiro da Silva

Elisa Yoshie Ichikawa

**DOI 10.22533/at.ed.2291927118**

**CAPÍTULO 9 ..... 128**

O ENSINO DA HISTÓRIA E DA CULTURA AVÁ-GUARANI PELAS ESCOLAS ESTADUAIS NÃO INDÍGENAS NO MUNICÍPIO DE GUAÍRA-PR

Eloá Soares Dutra Kastelic

Wagner Roberto do Amaral

**DOI 10.22533/at.ed.2291927119**

**CAPÍTULO 10 ..... 144**

AS CASAS DE REZA COMO COMUNIDADES DE PRÁTICA EM TERRITÓRIOS AVÁ-GUARANI DO OESTE DO PARANÁ

Luis Fernando Moreira da Silva

Marcio Pascoal Cassandre

Wagner Roberto do Amaral

**DOI 10.22533/at.ed.22919271110**

**CAPÍTULO 11 ..... 158**

UM AVÁ-GUARANI COM UMA CÂMERA NA MÃO

Mônica Panis Kaseker

Lucas Ribeiro

Yago Junio dos Santos Queiroz

**DOI 10.22533/at.ed.22919271111**

**CAPÍTULO 12 ..... 171**

UM RELATO DE UM INDÍGENA GUARANÍ *MBYA*: CONHECENDO UM FRAGMENTO DA REALIDADE E DO CONTEXTO DE LUTA DOS AVA-GUARANÍ DA REGIÃO OESTE DO PARANÁ

Oséias Poty Miri Florentino

**DOI 10.22533/at.ed.22919271112**

**CAPÍTULO 13 ..... 177**

HISTÓRIA E TRAJETÓRIA DE UM ACADÊMICO AVÁ-GUARANI PESQUISADOR EM BUSCA DA VISIBILIDADE PARA SEU POVO, NA LUTA PELA DEMARCAÇÃO E A UNIVERSIDADE COMO FERRAMENTA DE LUTA

Rodrigo Luís

**DOI 10.22533/at.ed.22919271113**

<b>CAPÍTULO 14 .....</b>	<b>185</b>
AS EXPERIÊNCIAS DE FORMAÇÃO DE PESQUISADORES GUARANI – SER ACADÊMICO GUARANI-ÑANDÉVA E GUARANI-MBYÁ CONHECENDO O UNIVERSO AVÁ-GUARANI DA REGIÃO OESTE DO PARANÁ	
<a href="#">Alexandro da Silva</a>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.22919271114</b>	
<b>CAPÍTULO 15 .....</b>	<b>189</b>
UM RELATO DE EXPERIÊNCIA: MEMÓRIAS E RESISTÊNCIA DOS AVÁ-GUARANI DO OESTE DO PARANÁ COMO PESQUISADOR GUARANI ÑANDÉVA	
<a href="#">Uerique Aparecido Gabriel Matias</a>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.22919271115</b>	
<b>SOBRE OS ORGANIZADORES.....</b>	<b>192</b>

## TERRITORIALIDADE E DEMARCAÇÃO DE TERRAS: A DIMENSÃO SIMBÓLICA DO ESPAÇO PARA PRODUÇÃO DE ALIMENTOS NA CULTURA AVÁ-GUARANI

Data de aceite: 19/11/2019

### Luciano Mendes

Mestre em Administração pela Universidade Estadual de Maringá (UEM) e Doutor em Administração pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFGRS). Professor da graduação e pós-graduação em Administração na Universidade de São Paulo / Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz (USP/ESALQ). Pesquisador colaborador do projeto “Conflitos e Resistências para a Conquista e Demarcação de Terras Indígenas no Oeste do Paraná: os caminhos e as expressões do fortalecimento das lideranças e da cultura Guarani”.

### Carolina Ferraz dos Santos

Estudante do curso de Engenharia Agrônoma da Universidade de São Paulo / Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz” (USP/ESALQ). Foi bolsista de iniciação científica pela CAPES no projeto “Conflitos e Resistências para a Conquista e Demarcação de Terras Indígenas no Oeste do Paraná: os caminhos e as expressões do fortalecimento das lideranças e da cultura Guarani”.

## INTRODUÇÃO

O processo de demarcação de terras indígenas vai muito além da necessidade de posse sobre a terra ou de qualquer elemento vinculado a uma cultura material do território.

São elementos simbólicos que permitem observar essas terras a partir de um *ethos* indígena, capaz de gerar memória, identidade e sobrevivência dessas comunidades (HORII, 2014). Essas comunidades tradicionais, apesar das diversas influências sofridas durante todos esses anos pelo contato com os não-indígenas, ainda guardam resquícios de seus antepassados e de suas tradições (SOUZA, 2007). Isso porque, em termos de sobrevivência e de segurança alimentar, essas comunidades tradicionais mantêm o respeito aos ciclos naturais, explorando os recursos (espécies animais e vegetais) dentro dos limites e da capacidade da natureza. Isso através de um longo processo de conhecimentos adquiridos que foram herdados dos mais velhos, além dos mitos e símbolos que sustentam o uso dos ecossistemas naturais (SALGADO, 2007).

Com isso, a terra, além de um espaço de reprodução econômica dessas comunidades, é o *locus* das representações e do imaginário mitológico dessas comunidades tradicionais. Isso permite, na apropriação do território, a reprodução dos sistemas tradicionais de manejo, que permitem significados e significação para essas comunidades (ALTIERI, 2012). Assim, muito do conhecimento

tradicional das comunidades indígenas passa pela apropriação do território, que permite a manutenção das tradições e dão sentido à cultura indígena. Quando essa apropriação não é possível ou quando a demarcação de terras não se constitui um elemento integrado à vida dessas comunidades, a reprodução das tradições, dos mitos e dos sistemas simbólicos ficam comprometidos, pois não há a integração entre o material e o imaterial (GALLOIS, 2007).

A ideia de território passou por modificações durante sua história na geografia. O território deixou de contemplar somente os aspectos do Estado-Nação e passou a ser uma forma importante de compreensão dos aspectos materiais e imateriais de grupo, comunidade ou sociedade. Devido aos elementos cosmológicos da sociedade Avá-Guarani, que atribui valores específicos à terra, a ideia de territorialidade permite compreender as representações, os sentimentos, os ideais e instituições existentes numa organização espacial, evidenciando uma cultura e identidades em espaços territorializados (MAZUSAKI, 2015). A apropriação dos espaços (territórios) e as cosmologias associadas a esses espaços (territorialidade) são fundamentais para compreender como os indígenas Avá-Guarani significam e ressignificam o plantio e o alimento em sua comunidade.

Por esse motivo, o processo de demarcação de terras indígenas não é algo simples, pois, como já foi dito, não envolve apenas a apropriação física da terra, mas principalmente uma condição cosmológica, social e religiosa, que converte o território num espaço simbólico. Toda essa ampla discussão torna-se peculiar no caso dos Avá-Guarani, que ocupam e ocuparam um região na divisa do Brasil e do Paraguai e que se estende do Estado do Paraná até o Estado do Mato Grosso do Sul. Com a construção da usina hidroelétrica binacional de Itaipu, a terra ocupada pelos índios Avá-Guarani foi alagada, o que resultou na peregrinação desses índios para outras localidades. Apesar da empresa Itaipu ter uma demarcação de terra para essa comunidade, não foi suficiente para alocar todas as famílias, mesmo porque algumas se dispersaram da região (BARROS, 2006; BARBOSA; MURA, 2011; GUANAES, 2015). No cenário atual, muitas famílias de indígenas Avá-Guarani, das regiões de Guaíra-PR e Terra Roxa-PR, ainda aguardam a demarcação de terras, vivendo próximas às estradas ou entre as plantações de soja ou em unidades de conservação e reflorestamento da Itaipu.

Diante deste cenário, o objetivo nesse capítulo é compreender a territorialidade no processo de produção de alimentos dos Avá-Guarani das regiões de Santa Helena-PR e Guaíra-PR. Com isso, devido a um número grande de indígenas que vivem em áreas não demarcadas, o foco desse trabalho será sobre esse grupo, pois os aspectos materiais e imateriais para a manutenção da cultura Avá-Guarani serão mais bem evidenciados antes do processo de apropriação material do território. Esse grupo de indígenas já se apropriou de espaços privados ou áreas de conservação,

o que já permite a materialidade do território, mas ainda não é o território de posse legal dos indígenas. Por esse motivo, o foco na territorialidade será fundamental, permitindo analisar as representações, os sentimentos, os ideais e as instituições que estarão manifestos quando da demarcação. O aprofundamento sobre as discussões de território e territorialidade, assim como os aspectos metodológicos e os resultados da pesquisa, será feito nos próximos tópicos.

## **TERRITÓRIO, TERRITORIALIDADE E COMUNIDADES TRADICIONAIS**

Longe de ser praticada em larga escala, a agricultura tradicional Guarani se estabelece em um contexto da mais pura e íntima expressão de sua cultura. A esfera simbólica atrelada a misticidade de suas crenças joga luz sobre o cultivo da terra como algo sagrado. A existência indígena poderia ser descrita, desde 1500, como uma batalha irrestrita e interminável de sobrevivência. Batalha esta que não trata apenas do apelo físico, o que pode ser mais fácil de imaginar. Trata-se também da manutenção de suas tradições socioculturais (SOUZA, 2002).

O esforço coletivo de um grupo social para ocupar, usar, controlar e se identificar com uma parcela específica de seu ambiente biofísico, traz como manifestação explícita a dependência de contingências históricas (LITTLE, 2002). Se entendermos que um território (apropriação do espaço) surge diretamente das condutas de territorialidade de um grupo social (cosmologia, culturas, identidades), assumimos que qualquer território é um produto histórico de processos sociais e políticos (EDUARDO, 2006). Para analisar o território de qualquer grupo, portanto, precisa-se de uma abordagem histórica que trata do contexto específico em que surgiu e dos contextos em que foi defendido e/ou reafirmado. Emprestamos os termos território e territorialidade, os quais são tratados, principalmente, dentro dos estudos da geografia no que diz respeito à compreensão da dimensão geopolítica do espaço.

A partir de Raffestin (1993), temos que o território é uma construção conceitual a partir da noção de espaço. Entendemos, então, que há algo já dado: o espaço (matéria prima natural) e o território (apropriação do espaço). Dessa maneira, temos um complexo jurídico-sócio-econômico que modela paisagens (espaço) com base em acordos juridicamente institucionalizados pelo Estado Nacional (espaço carregado de interpretações socioculturais). O território, diante da geografia humana de Raffestin (1993), passa a ser visto a partir de conotações políticas e de relações de poder. Por esse motivo, o território é a apropriação do espaço, onde está manifesto o poder e a dominação, pois as modificações nas paisagens são produtos da ação humana. Assim, Raffestin (1993) entende que no território está cristalizado múltiplas territorialidades, que se manifestam em diferentes atividades cotidianas. Tomando como base Raffestin (1993), fica visível que o território deixou de ser um aspecto

vinculado ao Estado-Nação e passou a ser compreendido a partir das diversas apropriações dos espaços, permitindo análises microssociológicas sobre as ações humanas. Por esse motivo, o território, para Saquet (2001), comporta elementos materiais e imateriais, que permitem múltiplas territorialidades.

Nesta linha, a territorialidade, para Raffestin (1993), compreende um conjunto de relações estabelecidas num sistema sociedade-espaço-tempo, onde se estabelece elementos culturais como linguística, moral, ética e demais padrões de comportamento. Assim, de acordo com Soja (1971), o conceito de territorialidade comporta três elementos: identidade espacial, exclusividade e interação humana no espaço. A identidade espacial se manifesta como um sentimento de afetividade ou de *topofilia*, que permite o reconhecimento e a apropriação de determinado espaço. O senso de exclusividade, frequentemente um sentimento latente, surge quando existe uma ameaça de invasão ao espaço familiar por parte de estranhos à cultura e ao ambiente desse meio, mas também identifica o que é exclusivo, semelhante em suas características e distinto das características de outros espaços e grupos. A interação humana no espaço estabelece-se num jogo de vantagens mútuas em função da proximidade, que comporta a cultura, as cosmologias, as regras sociais, as formas de vida, etc. Diante dessa classificação, Raffestin (1993) reivindica uma dimensão social maior, argumentando que a relação homem-meio deve ser vista pelo contexto social e histórico. Essa perspectiva condiz com a ideia de Little (2002).

A territorialidade tem, portanto, papel fundamental na constituição de grupos sociais, sendo a conduta territorial parte integral de todos os grupos humanos. Além disso, a territorialidade humana mostra uma multiplicidade de expressões, sempre com particularidades socioculturais. Para entender a relação particular que um grupo social mantém com seu respectivo território, Little (2002) usa o conceito de cosmografia, o qual se define como saberes ambientais, ideologias e identidades – coletivamente criados e historicamente situados – que um grupo social utiliza para estabelecer e manter seu território, incluindo o regime de propriedade de dado grupo, os vínculos afetivos que este mantém com seu território específico, a história da sua ocupação guardada na memória coletiva, o uso social que dá ao território e as formas de defesa dele.

Vemos no transcorrer dos cultivos agrícolas que a simetria e os padrões formais são marcas da separação entre a natureza e a cultura. As ideias de Descartes e Bacon no século XVII no que diz respeito ao domínio da natureza, influenciam ainda hoje o pensamento ocidental moderno: progresso científico e técnico. A reflexão sobre a maneira como tais progressos científicos e técnicos modificam a estrutura das relações sociais e de que maneira o conjunto das relações sociais em vigor influem sobre a evolução científica e técnica são válidas (IKUTA, 2002). Diegues (1999, p. 34) afirma que “é com base nas formas de organização social, representações

simbólicas e míticas e no conhecimento empírico acumulado que cada cultura desenvolve seus sistemas tradicionais de manejo”.

A partir dos conceitos de território e territorialidade, é possível observar que os elementos tradicionais se mantêm diante das mudanças que passam os grupos sociais. Isso fica claro no trabalho de Carvalho (2013), ao salientar que as sociedades indígenas modificam-se constantemente e reelaboram-se com o passar do tempo. Essa autora cita que:

As mudanças ocorridas nas sociedades indígenas com o contato – falarem português, usarem vestimentas, utilizarem-se de modernas tecnologias -, não fazem com que percam sua própria identidade étnica e deixem de ser o que sempre foram – sociedades indígenas – que, vivendo em suas terras, recebem novas informações e as assimilam a partir de um pensamento estruturado de acordo com suas ancestrais matrizes culturais. Assim, estas sociedades mantêm seu próprio *ethos*, termo antropológico que designa particular costume, uso, característica, disposição, caráter, através de uma atitude peculiar de determinado povo, grupo ou cultura, que os distingue de outros povos, grupos ou culturas (CARVALHO, 2013, p. 15).

Esse excerto do trabalho de Carvalho (2013) evidencia que na relação entre o tradicional e o moderno não ocorre a descaracterização do tradicional, mas que os elementos modernos são moldados e estruturados pelas matrizes culturais e sociais, o que continua conferindo identidade aos grupos sociais. Por esse motivo, para além do conceito de território, a territorialidade torna-se fundamental para evidenciar as manifestações, conforme salienta Soja (1971), da identidade espacial, da exclusividade e da interação humana no espaço. Isso permitirá compreender diante dos processos sociais e históricos, as relações materiais e imateriais que distinguem uma sociedade indígena de outras povos, grupos ou culturas, conforme preconiza Carvalho (2013).

Mesmo diante do problemático contexto fundiário em que se encontram as áreas indígenas no Brasil, onde se vê cada vez mais situações de escassez de terras e recursos naturais, há claramente uma importância fundamental da prática milenar de cultivo da terra para a vida desses povos. A dinâmica do povo Guarani pode ser caracterizada como de ocupações não contíguas, com uso e manutenção de seu espaço territorial. Isso é evidenciado pela histórica translocação de povos Guarani em sua estrutura, dos pontos de vista social, econômico, político e cultural através de uma constante movimentação de indivíduos/famílias por várias localidades dentro de um complexo geográfico que compreende partes do Paraguai, Argentina, Uruguai e regiões Sul e Sudeste do Brasil (FELIPIM, 2001).

## METODOLOGIA

Apesquisa realizada foi qualitativa (FLICK, 2008), realizada a partir de entrevistas semiestruturadas (LEECK, 2002). Foram entrevistados 9 indígenas (identificados durante a análise como: E1, E2, E3, E4, E5, E6, E7, E8 e E9). Nos dias 6, 7 e 8 de setembro de 2018 foram entrevistados indígenas da região de Santa Helena/PR, enquanto que nos dias 23 e 24 de novembro de 2018 foram entrevistados indígenas da região de Guaíra/PR. As entrevistas tiveram duração variada, mas a maioria aproximou-se dos 30 minutos de conversa.

Dentre os entrevistados, nenhum apresenta formação em ensino superior, tendo alguns concluído estudos apenas até 2ª série do ensino fundamental. O mais novo entrevistado (E2) tem 29 anos e o mais velho (E1), 68 anos. A maioria é casada com indivíduo da mesma etnia e tem, no mínimo, dois(duas) filhos(as). Estes casamentos não são reconhecidos perante lei, apenas pela comunidade. A Tabela 1 apresenta a caracterização dos entrevistados.

Região	Demarcada	Entrevistado	Idade	Estado civil	Escolaridade
Guaíra	Não	E1	68	Casado	7º ano
Guaíra	Não	E2	29	Casado	5ª série
Guaíra	Não	E3	47	Casado	Ens. médio
Guaíra	Não	E4	-	Casado	9º ano
Guaíra	Não	E5	49	Casado	2ª série
Santa Helena	Não	E6	42	Casado	Ens. médio
Santa Helena	Não	E7	40	Casado	7ª série
Santa Helena	Não	E8	45	Casado	9º ano
Santa Helena	Não	E9	42	Casado	Ens. médio e magistério

Tabela 1. Caracterização dos entrevistados.

Diante da Tabela 1 fica evidente que a busca foi por entrevistados de áreas não demarcadas, justamente para que pudéssemos entender a territorialidade Avá-Guarani, que transcende à apropriação do espaço demarcado, pois os indígenas entrevistados estão na ou próximos à terra sagrada. Para analisar as entrevistas, utilizamos as considerações de Soja (1971), que permite a compreensão da territorialidade a partir de três elementos: a identidade espacial, a exclusividade e a interação humana no espaço. Esse autor permite entender que a territorialidade transcende ao território, pois se relaciona aos sentimentos, à história, à tradição, ao diferente e exclusivo, etc. Esses elementos dão sentido à ideia de Raffestin (1993) de que a territorialidade compreende o conjunto de relações estabelecidas num sistema sociedade-espaço-tempo. Com isso, nas partes seguintes desse capítulo, utilizaremos essa divisão de Soja (1971) para discutir e apresentar os resultados da

pesquisa.

Assim, esses três elementos discutidos por Soja (1971) foram os balizadores da análise do discurso desenvolvida nesse capítulo. A análise das entrevistas foi desenvolvida a partir das ideias de Gill (2002) sobre como realizar uma análise do discurso. Para essa autora, o importante é ter um conjunto de questões durante a entrevista que dê conta do objetivo proposto. Após realizar as entrevistas, o analista do discurso deve transcrever e realizar a leitura exaustiva do *corpus* de entrevistas. Diante dessa leitura, o analista do discurso deve codificar os trechos das entrevistas. A forma de codificação desenvolvida está relacionada aos três elementos da territorialidade (identidade espacial, exclusividade e interação humana). Assim, durante a leitura, o analista do discurso deve ter em mente que nenhum conhecimento está destituído de críticas, assim como nossas observações do mundo não revelam sua autêntica natureza e muito também que nossa compreensão do mundo é limitada à nossa condição histórica e cultural. Por esse motivo, na tentativa de compreender a territorialidade Avá-Guarani, estamos cientes das nossas limitações e das limitações de nossas análises sobre o que foi dito, mas tentamos ser fiéis às falas, por isso a utilizamos como forma de análise.

## TERRITORIALIDADE AVÁ-GUARANI EM TERRAS NÃO DEMARCADAS

Nesse tópico a intenção será discutir, a partir de Soja (1971), os elementos que integram o conceito de territorialidade, observando os discursos dos indígenas entrevistados que aguardam o processo de demarcação de terras. Retomando os elementos da territorialidade citados por Soja (1971), é possível notar na fala dos entrevistados o sentido de identidade espacial (elo afetivo entre pessoa e ambiente físico), por exemplo, quando observamos relatos relacionados ao passado de familiares na região:

E meu pai contava que minha vó era daqui de Guaira no caso teve lembrando essa história que falaram pra mim da minha vó que foi expulsada daqui dessa região. (...) Porque o cacique sempre ensina a criança como que deve viver, plantar alguma coisa (E2).

O primeiro cacique aqui foi meu avô que mora ali. Ele conta a história de quando ele era mais novo, ele contava bastante história pra nós, e assim a gente se envolveu nessa luta, não é só todo mundo, alguém que escutou e guardou na cabeça, por isso que nós estamos falando assim sobre ele, porque ele foi primeira liderança cacique aqui (E4).

Esses dois relatos mostram que a tradição é passada através das histórias contadas, que alimentam a identidade Avá-Guarani e permite um vínculo afetivo com o local, expresso pela envolvimento com as lutas dessa sociedade indígena. Essa

tradição transmitida e que permite vínculo com o local também se relaciona com a alimentação da sociedade Avá-Guarani, pois muito do conhecimento é transmitido dos mais velhos para os mais novos, mantendo formas de alimentação peculiares aos indígenas entrevistados, como é possível observar no relato seguinte:

Então de milho a gente faz muitas coisas, por exemplo, a minha mãe, que é mais velha e tem mais prática, ela tem receita pra fazer chipa, fazer polenta, assar, cozinhar e essas coisas, né? E de mandioca também é assim, de assar, cozinhar, ralar pra fazer o polvilho e alguma que tem prática também fazer a coxinha de mandioca, né? Por isso que a gente não vende muito, porque só pra consumo (E4).

Devido à necessidade de produção para o consumo, há uma forte dependência da sociedade indígena Avá-Guarani para com a natureza, pois é dela que eles extraem a maioria de seus alimentos. Neste sentido e a partir das histórias contadas, a identidade espacial manifesta-se também na história com o espaço e com a natureza. Isso fica evidente no seguinte relato:

A natureza e a terra é muito enorme naquela época, a gente mora onde quiser, a gente faz Casa de Reza onde quiser fazer, tem muito lugar, tem muita natureza que possa sobreviver, naquele natureza, naquela pesca, naquele rio. Mas, hoje não tem mais essa, esse espaço já não tem mais, que nós sofremos nós temos que lutar hoje pra conseguir um pedaço de terra, pra manter a cultura ali dentro. E hoje totalmente tudo acabado. Esse espaço que nós tinha antigamente, acabou a natureza, acabou a água boa, acabou terra, não é pela nossa culpa, só que na verdade isso aí já vem pelo conhecimento não indígena, não indígena usa a cabeça e o corpo como vai aproveitar aquela natureza, aquela terra. (...) Mas no sentimento de vocês não é pra ajudar pessoas, pra embolsar o dinheiro, nós perdemos muito a nossa terra, nosso espaço, pelo Rio Paraná que foi feito barragem do Itaipu, porque aquela barragem Rio Paraná era nosso, era nosso rio pra ir pescar, pra ir tomar banho, pra lavar roupa, pra tomar água. E hoje vê aquele enorme do lago de Itaipu, quem que aproveita? É vocês (E9).

Esse trecho, apesar de extenso, mostra muito da história e da identidade espacial da sociedade Avá-Guarani, pois antes essa sociedade, pela inexistência da propriedade privada, tinha a liberdade de usufruir dos recursos naturais e de se instalar e apropriar dos espaços/terras onde fosse conveniente para o sustento de todos. Com a existência da propriedade privada e das diversas barreiras à condição nômades dos indígenas, as formas de sustento da sociedade ficaram restritas à lógica da sociedade não-indígena. Com isso, essa sociedade teve que se adaptar a essa lógica, tendo como a única forma de manter sua cultura e a existência de suas famílias no processo de demarcação de terras. Diante da lógica capitalista de exploração da natureza, o entrevistado E11 avalia a condição atual da natureza e das limitações e perdas existentes para a sociedade indígena e para toda a sociedade. Essa identidade espacial permite identificar as apropriações do espaço (território) e da necessidade dessa apropriação material e imaterial para a existência e sobrevivência da comunidade Avá-Guarani.

O senso de exclusividade, outro dos três ingredientes de Soja (1971), é tido como sentimento que surge quando existe uma ameaça de invasão ao espaço familiar por parte de estranhos à cultura e ao ambiente desse meio: O entrevistado 1 (E1) se coloca no mesmo sentido:

Mas, estamos hoje aqui como Guarani, estamos lutando pela nossa terra, queremos de volta a nossa terra, porque tá sofrendo muito desde o começo, dos *jurua* que tomou tudo a terra, né? Acabou nosso remédio, acabou nossa pesca, acabou nosso mel, todo o nosso remédio (E1).

Nós estamos né embaixo da lona, há muito tempo, desde 1500 anos a gente, o Guarani, não tem mais felicidade (E7).

Esse senso de exclusividade se expressa não só na invasão do espaço familiar, mas também identifica o que de exclusivo, semelhante em suas características e distinto das características de outros espaços e grupos. Por esse motivo, devido à imposição da lógica da sociedade não-indígena, o principal sustentáculo para a manutenção da exclusividade é a demarcação das terras indígenas, conforme pode ser constatado nos relatos seguintes:

É a demarcação, é muito importante pra comunidade, porque agora ninguém tá dando serviço e a gente tem vergonha de pedir cesta básica, né? A gente tem também condições de trabalhar, a gente sabe plantar, plantar milho, plantar batata, banana, cana de açúcar, amendoim, tudo que é de comer a gente sabe plantar também, só que a gente não tem espaço pra plantar. Por isso que a gente precisa da demarcação, né? Porque até agora branco fala que índio tem sua cesta básica que índio é vagabundo, não quer trabalhar, como é que vai trabalhar se ele não deixa, né? Por isso que a gente quer demarcação, né? (...) a gente quer a terra pra produzir alimentos pra consumo, né? (E3).

[...] é demarcação, porque a pessoa onde não tem um lugar pra colocar sua casa, a sua reza, pra manter a sua cultura, não tem como, primeiramente tem que ser a terra (E5).

[...] é a minha preocupação maior pra mim é a questão da terra, porque não tem algum lugar assim pra colocar assim nossa casa, roça, nossa família, não tem como. E aí já vem mais alguma coisa que a gente precisa, hoje em dia precisa escola, precisa também nossa Casa de Reza (E8).

Esses trechos anteriores mostram a importância da demarcação como forma de manter a sociedade Avá-Guarani. Diante das circunstâncias atuais, a demarcação permitirá manter a tradição e o conhecimento sobre o plantio e produção de alimentos, sem a necessidade de ajuda do poder público. Sem o território Avá-Guarani, não há como essa sociedade sobreviver e sustentar sua etnia, pois sofre preconceitos e exclusão dos espaços apropriados por não-indígenas. É com a demarcação que eles irão poder plantar, colher e produzir os alimentos necessários para sua sobrevivência. O senso de exclusividade permite a integração entre os tipos de

alimentos consumidos e as formas de plantio e colheita que passam de geração para geração. A exclusividade está ligada à tradição e às distinções da cultura Avá-Guarani e formas de apropriação dos espaços, mas é na interação humana que essas tradições são transmitidas.

O elemento final da territorialidade, a interação humana no espaço, se mantém através da manutenção das tradições, como é possível observar nas falas seguintes:

Eu queria colocar uma casa ali pra ensinar as crianças, pra aprender de novo, porque um dia eu não vou ficar todo tempo aqui não. Eu tenho que ensinar, os meus filhos dois sabem, as minhas filhas, duas também sabem (E1).

Cada vez que troca a lei, não sei qual é que troca, mas a nossa etnia Guarani nunca não troca, nunca não muda (E2).

Esse grupo de jovens eles fizeram pra conquistar, ele vai ter um grupo registrado pra apresentar cultura indígena [...] eles podem apresentar, dançar e apresentar a cultura, e faz remédio também e reza. [...] agora o meu maior desejo é forçar esse grupo de jovens, pra poder, pra organizar, né? Porque isso aí vai conquistar também a demarcação (E5).

Essas falas evidenciam a importância para os Avá-Guaranis da manutenção das tradições, o que impacta diretamente nas formas de difusão dos conhecimentos dos mais velhos para os mais novos. É por esse motivo que uma discussão mais ampla sobre os conflitos e as lutas dos Avá-Guaranis pela demarcação e a apropriação dos espaços legalizados são importantes para a sobrevivência dessa sociedade.

## **TERRITORIALIDADE AVÁ-GUARANI, CONFLITOS E A BUSCA PELA DEMARCAÇÃO**

Essa territorialidade Avá-Guarani só se efetivará com o reconhecimento das terras. Esse é o único fator transformador na visão dos entrevistados, pois é uma forma legítima de manter a cultura, as crenças, a língua, a natureza, o mato e o remédio. Atualmente, a maioria dos Avá-Guarani de Guaíra-PR e Santa Helena-PR vive em terras privadas ou área de conservação. Os Avá-Guarani voltaram para as terras tradicionalmente ocupadas em Guaíra-PR e Santa Helena-PR a partir dos anos 2000. O processo de demarcação foi iniciado em 2009 pela Funai (Fundação Nacional do Índio) e, quase 10 anos depois, os indígenas ainda aguardam a demarcação (ROCHA, 2015; SANTOS, 2017).

Após três anos de diligências sem resultados concretos, o Ministério Público Federal ajuizou Ação Civil Pública em 2012 contra a Funai a fim de apurar o atraso no processo demarcatório. Finalmente em 2017 a Justiça Federal do Paraná fixou a data de setembro de 2018 para que a Funai divulgasse os relatórios de identificação e delimitação da terra indígena *Guasu Guavira*, pois a Funai estava sendo acusada

de protelar os estudos demarcatórios (SANTOS; BARRETO; MELO, 2019). Essa situação de não demarcação continuou até a realização desta pesquisa.

Diante de tal situação, Ladeira (2001) já afirmava que para os Guarani, a demarcação significa a retaliação de seu território e seu próprio confinamento, mas na condição dada na sociedade capitalista é a única alternativa para manter sua cultura e sua tradição. Neste sentido, a cosmologia Guarani entende que a tomada de suas áreas é vista como a usurpação de seus direitos sagrados à terra onde viveram seus antepassados, o espaço coletivo no qual realizavam seu modo de vida distinto do urbano-industrial (VEIGA, 2013). Esse aspecto ficou visível nas falas dos entrevistados, apesar da consciência que eles possuem hoje de que não mais terão acesso à essa terra como tiveram seus antepassados. Conforme salienta Diegues (1999), essas comunidades têm também uma representação simbólica desse espaço que lhes fornece os meios de subsistência, os meios de trabalho e produção e os meios de produzir os aspectos materiais das relações sociais. Isso implica na impossibilidade de continuar existindo como grupo portador de determinada cultura, de uma relação específica com o mundo natural domesticado. Longe de ser praticada em larga escala, a agricultura tradicional Guarani se estabelece em um contexto da mais pura e íntima expressão de sua cultura. A esfera simbólica atrelada à misticidade de suas crenças joga luz sobre o cultivo da terra como algo sagrado.

É nessa linha que Reijntjes *et al.* (1994) salientam que muitas das antigas tradições da agricultura e o conhecimento que elas contêm estão sendo perdidas, pois muitos Guaranis não possuem mais seus ambientes tradicionais, o que dificulta a manutenção dos seus conhecimentos. Entre os Avá-Guaranis de terras não demarcadas, a cultura, o plantio e as formas de colheitas são transmitidas pelos mais velhos aos mais jovens. Há a preocupação, por parte dos entrevistados, que isso tudo se perca durante o tempo, por não terem a posse de suas terras. Com isso, eles tentam inserir os jovens em atividades que permitam a demonstração da cultura Avá-Guarani, como salienta o seguinte o entrevistado:

A gente fizemos um grupo de jovens de cultura indígena, de 8 anos até 12 anos, só que nós fizemos. Esse grupo que vai organizar é *xamõi* esse ano. Eu também vou apoiar. Eu tô junto com eles a qualquer momento, a qualquer projeto posso ajudar. Porque eles precisam. [...] Esse grupo de jovens eles fizeram pra conquistar, ele vai ter um grupo registrado pra apresentar cultura indígena [...] eles podem apresentar, dançar e apresentar a cultura, e faz remédio também e reza. [...] agora o meu maior desejo é forçar esse grupo de jovens, pra poder, pra organizar, né? Porque isso aí vai conquistar também a demarcação (E5).

Essa fala demonstra uma forma legítima de transmissão dos conhecimentos tradicionais em termos de cultura e alimentação. Mesmo assim, Reijntjes *et al.* (1994) dizem que no processo de demarcação pode ocorrer que esse grupo de indígenas sejam transferidos para terras que possuem outras condições ecológicas distintas

daquelas que conheciam. Por esse motivo, muito dos conhecimentos tradicionais podem não ser aplicáveis, o que poderá levar a um uso equivocado da terra. Mas ficou claro nesse trabalho que a busca ainda é numa terra conhecida por esses indígenas Avá-Guarani, mesmo que num local delimitado. Isso talvez impulse à manutenção das tradições e a possibilidade dos jovens darem continuidade à cultura Avá-Guarani, inclusive nas formas de plantio, colheita e alimentação do seu povo. Isso mostra que, apesar de não terem se apropriado do espaço demarcado, os Avá-Guaranis entrevistados se apropriaram de áreas que estão em sua terra sagrada, o que faz com que mantenham a territorialidade. Isso expressa nas diversas ações que esses grupos Avá-Guaranis realizam para mantêm sua cultura viva, seus alimentos centrais, suas formas de produção.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo nesse capítulo foi compreender a territorialidade no processo de produção de alimentos dos Avá-Guarani das regiões de Santa Helena-PR e Guáira-PR. Para entender essa territorialidade, que vai além dos aspectos materiais dos territórios, foi realizada uma pesquisa com 9 indígenas Avá-Guaranis que aguardam o processo de demarcação de terras em áreas de proteção ou reflorestamento e em áreas privadas. Isso porque esses entrevistados aguardam a demarcação numa região em que viveram ou viveram seus ancestrais. A territorialidade possui uma relação direta com o território, mas no caso dos Avá-Guaranis entrevistados, apesar de ainda não terem se apropriado do espaço demarcado, apropriaram-se de outras áreas da terra sagrada para continuarem mantendo sua territorialidade.

Assim, é através dessa territorialidade que os Avá-Guaranis mantêm viva as formas de produção dos alimentos, desde o plantio e colheita até as transformações para a alimentação. Apesar de não terem condições de plantio e colheita de muitos alimentos básicos de sua dieta, ainda assim conseguem obter esses alimentos e realizar seus processamentos para manterem a dieta e transmitir os conhecimentos desses processamentos nos grupos Avá-Guaranis. Isso ficou evidente nas entrevistas, pois muitos dos entrevistados salientam o papel importante dos mais velhos na difusão dos conhecimentos sobre as plantas e sobre os processamentos de alimentos, assim como são importantes difusores das tradições. Para tanto, quase todos entrevistados salientaram a importância dos mais jovens assumirem posições de difusão da cultura, dos rituais, das danças, da alimentação, da Casa de Reza, mas sempre com a ajuda dos mais velhos e detentores dos conhecimentos tradicionais. A intenção é de que os mais jovens sejam capazes de se apropriarem desses conhecimentos e manterem a cultura e a tradição Avá-Guarani.

Enquanto aguardam a demarcação, muitos dos conhecimentos sobre plantio,

colheita e sementes é transmitido, mas pouco praticado. São mais de 10 anos aguardando a demarcação, excetuando os anos anteriores de alagamento da região. Há uma geração de novos indígenas que não plantaram, não colheram e não possuem conhecimentos básicos sobre as sementes. Isso pode reverberar de forma negativa para a produção de alimentos na sociedade Avá-Guarani, mas o que ficou evidente nas entrevistas é a importância que os entrevistados deram de integração entre os mais novos e os mais velhos na comunidade, o que sustentará a cultura Avá-Guarani.

## REFERÊNCIAS

ALTIERI, M. A. Agroecologia, agricultura camponesa e soberania alimentar. **Revista Nera**, n. 16, p. 22-32, 2012.

BARBOSA, P. A.; MURA, F. Construindo e reconstruindo territórios Guarani: dinâmica territorial na fronteira entre Brasil e Paraguai (sec. XIX-XX). **Journal de la Société des Américanistes**, v. 97, n. 97-2, p. 287-318, 2011.

BARROS, L. E. P. O processo que resultou na construção de Itaipu e as consequências para os Ava-Guarani. **Revista UEL**, 2006.

CARVALHO, M. L. B. **Das terras dos índios a índios sem terras: o estado e os Guarani Oco'y: violência, silêncio e lutas**. Tese de doutorado, 2013.

DIEGUES, A. C. **Os saberes tradicionais e a biodiversidade no Brasil**. São Paulo: NUPAUB-USP, 1999.

EDUARDO, M. F. Território, trabalho e poder: por uma geografia relacional. **Campo-Território: Revista de geografia agrária**, v. 1, n. 2, p. 173-195, 2006.

FELIPIIM, A. P. **O sistema agrícola Guarani Mbyá e seus cultivares de milho: um estudo de na aldeia Guarani da Ilha do Cardoso, município de Cananéia-SP**. Dissertação de mestrado, 2001.

FLICK, U. **Introdução à pesquisa qualitativa**. Porto Alegre: Artmed editora, 2008.

GALLOIS, D. T. Materializando saberes imateriais: experiências indígenas na Amazônia Oriental. **Revista de Estudos e Pesquisas (Funai)**, v. 4, n. 2, p. 95-116, 2007.

GILL, R. Análise do discurso. In: BAUER, M. W.; GASKELL, G. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. Petrópolis: Vozes, 2002.

GUANAES, S. A. O Estado Nacional e as políticas desenvolvimentistas: o “cerco articulado” contra os Guarani na Tríplice Fronteira Sul. Tessituras: **Revista de Antropologia e Arqueologia**, v. 3, n. 1, p. 307, 2015.

HORII, A. K. D. Território Guarani na Tríplice Fronteira: Fragmentos que resistem no espaço-tempo. **Revista Faz Ciência**, v. 16, n. 24, p. 121, 2014.

IKUTA, A. R. Y. **Práticas fitotécnicas de uma comunidade indígena Mbyá Guarani, Varzinha**. 2002. 238p. Tese (Doutorado em Fitotecnia) Programa de Pós-Graduação em Fitotecnia da Faculdade de Agronomia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

- LADEIRA, M. I. **Espaço geográfico Guarani-Mbyá: significado, constituição e uso.** São Paulo, 2001. 236p. Tese de Doutorado. Tese (Doutorado em Geografia)–Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.
- LEECH, B. L. Asking questions: Techniques for semistructured interviews. **Political Science & Politics**, v. 35, n. 4, p. 665-668, 2002.
- LITTLE, P. A. Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil: por uma antropologia da territorialidade. **Série antropológica**, Brasília 2002
- MASUZAKI, T. I. A luta dos povos Guarani no extremo Oeste do Paraná. **Revista da Geografia do Trabalho**, v. 16, 2015.
- RAFFESTIN, C. **Por uma Geografia do Poder.** São Paulo: Ática. 1993.
- REIJNTJES, C.; HAVERKORT, B.; WATERS-BAYER, A. **Agricultura para o futuro: uma introdução à agricultura sustentável e de baixo uso de insumos externos.** Rio de Janeiro: Assessoria e Serviços a Projetos em Agricultura Alternativa, 1994.
- ROCHA, E. P. Canal de Desvio: Os Avá-Guarani e a Construção da Itaipu Binacional. **Revista de Estudos e Pesquisas sobre as Américas**, v. 12, n. 2, 2015.
- SALGADO, C. A. B. Segurança alimentar e nutricional em terras indígenas. **Revista de Estudos e Pesquisas**, Funai, Brasília, v. 4, n. 1, p. 131-186, 2007.
- SANTOS, R. D. Racismo e preconceito contra os Avá-Guarani em Guaíra e Terra Roxa no Paraná. **Revista Latino-Americana de Estudos em Cultura e Sociedade**, v. 3, n. 3, 2017.
- SANTOS, R. D.; BARRETO, M. R.; MELO, R. F. G. D. Luta e resistência dos Avá-Guarani no Oeste do Paraná. **Revista Latino-Americana de Estudos em Cultura e Sociedade**, v. 5, n. 5, 2019.
- SAQUET, M. A. **Os tempos e os territórios da colonização italiana.** Porto Alegre: EST Edições, 2001.
- SOJA, E. W. **The political Organization of Space.** Washington, D.C: AAG Commission on College Geography. 1971.
- SOUZA, J. L. Da desterritorialização ao território simbólico: o caminho de uma sociedade indígena rumo ao seu território tradicional. **Caminhos de Geografia**, v. 8, n. 23, 2007.
- SOUZA, J. O. C. O sistema econômico nas sociedades indígenas Guarani pré-coloniais. **Horizontes Antropológicos**, v. 8, n. 18, p. 211-253, 2002.
- VEIGA, J. Migrações históricas e cosmologia Guarani. **Revista de Antropologia da UFscar**, v. 5, n. 1, 2013.

## **SOBRE OS ORGANIZADORES**

**Elisa Yoshie Ichikawa** - Mestre em Administração e Doutora em Engenharia de Produção pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Realizou estágio pós-doutoral em Administração na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Professora da Graduação e da Pós-Graduação em Administração da Universidade Estadual de Maringá (UEM). Coordenadora do projeto “Conflitos e Resistências para a Conquista e Demarcação de Terras Indígenas no Oeste do Paraná: os caminhos e as expressões do fortalecimento das lideranças e da cultura Guarani”, que teve o apoio financeiro da CAPES por meio do Edital 012/2015 – Memórias Brasileiras: Conflitos Sociais

**Wagner Roberto do Amaral** - Mestre em Educação pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP) e Doutorado em Educação pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). Pós-Doutorado em Estudos Interculturais pela Universidad Veracruzana (México) e Pós-Doutorado em Políticas de Educação Superior para Povos Indígenas na América Latina pela Universidad Nacional Tres de Febrero (Argentina). Estância pós-doutoral no Instituto de Migraciones da Universidad de Granada (Espanha). Professor do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Política Social da Universidade Estadual de Londrina (UEL) e membro da Comissão Universidade para os Índios da UEL. Pesquisador colaborador do projeto “Conflitos e Resistências para a Conquista e Demarcação de Terras Indígenas no Oeste do Paraná: os caminhos e as expressões do fortalecimento das lideranças e da cultura Guarani”.

Agência Brasileira do ISBN  
ISBN 978-85-7247-822-9



9 788572 478229